

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OPTANDO POR UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA HISTÓRIA QUE ME PERTENCE	14
2. O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFBA: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA E AINDA UM POUCO DA MINHA	24
3. VIVENDO UMA EXPERIENCIA EM UMA DETERMINADA INSTITUIÇÃO ENQUANTO ESTAGIÁRIA DE PEDAGOGIA	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Diante da perspectiva de atuação do Pedagogo no mercado de trabalho, deparamo-nos primeiramente com algumas possibilidades que nos remetem à formalização da educação, contextualizada dentro do ambiente escolar. Assim, temos este profissional habitualmente desempenhando funções tais como docência de séries iniciais, avaliação e supervisão educacional, orientação educacional, gestão escolar, dentre outras.

Porém, as possibilidades de atuação do profissional Pedagogo vão muito além destas citadas anteriormente. Temos atualmente um mercado de trabalho extremamente exigente e diversificado, no qual existe a possibilidade de inserção do Pedagogo atuando em outras áreas, que não só a da educação formal.

Partindo do pressuposto que a educação pode ser praticada em qualquer ambiente, a qualquer momento, já que o processo de ensino/aprendizagem se dá em meio ao desenvolvimento das atividades diárias, e não apenas dentro do ambiente escolar, fica evidente a possibilidade de atuação do Pedagogo em outros espaços, desempenhando outras funções, sem deixar de lado o cunho educativo e gestor da sua profissão.

O descontentamento a respeito da percepção clássica da inserção do profissional Pedagogo no mercado de trabalho tornou-se objeto deste estudo, descontentamento este que trouxe à tona desejos de transformações comportamentais e mudanças de perspectivas em relação ao futuro deste profissional. A partir destas modificações, fica evidente o percurso profissional escolhido por cada Pedagogo frente às inúmeras possibilidades de sua atuação.

A pretensão deste estudo que ora apresentamos é a de socializar uma experiência vivida em uma instituição empresarial enquanto estagiária de Pedagogia com vistas a identificarmos a importância social deste profissional em uma instituição desta natureza. A partir deste ponto, é possível desenvolver outros questionamentos que dizem respeito à atuação do Pedagogo, tais como: qual a possibilidade acadêmica que o Curso de Pedagogia, em especial o da UFBA, oferece ao seu estudante, em termos de opções e de desenvolvimento de habilidades que favoreçam sua atuação

na educação não formal?; como o profissional Pedagogo se vê inserido numa atividade profissional em instituições empresariais?, como as empresas vêem a inserção deste profissional no desenvolvimento das suas atividades?, qual a importância deste profissional num contexto sócio-educativa dentro de uma instituição empresarial?

Tais inquietações foram trazidas, para este trabalho, com o objetivo de serem discutidas, trazendo à tona outras possibilidades de atuação do profissional Pedagogo, já que o mesmo, numa perspectiva pessoal, tratará da minha opção em atuar na área empresarial.

O presente estudo monográfico utilizou-se como modalidade metodológica a pesquisa bibliográfica e eletrônica no embasamento e na contextualização teórica do processo de formação dos profissionais de pedagogia e daquele desenvolvido na UFBA e sua inserção no mercado de trabalho. O referido estudo, contou também com um relato de experiência vivido por mim buscando afirmar as inúmeras possibilidades de atuação do profissional em questão.

No capítulo 1 deste trabalho, está descrito um breve histórico sobre o Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia e a definição de alguns pontos responsáveis em me ajudar a definir a minha opção por esta profissão. Já adianto que o meu maior encantamento por este Curso se deu pela descoberta de outras possibilidades de atuação deste profissional em outras áreas, que não só a educação formal.

Numa perspectiva mais direcionada, o Capítulo 2 vem discorrer a respeito do Curso de Pedagogia na UFBA (Universidade Federal da Bahia), a evolução no seu processo de formação retratada em novas composições curriculares, confirmando, porém, a continuidade de uma formação orientada para a educação formal, enfatizando o meu descontentamento já que buscava uma atuação, como já referido, numa área que não envolvesse somente e/ou obrigatoriamente a docência.

Na busca pela satisfação de ver atendida a minha opção, fui em busca de estágios que me oportunizassem experiências em instituições empresariais, experiência que descrevo no Capítulo 3, relatando as atividades por mim desenvolvidas, minha

vivência dentro da instituição enquanto estudante de Pedagogia e a descoberta de que a docência não é a única área em que pode atuar o Pedagogo. Não é a única descoberta que seduz a todos e traz realização profissional e financeira.

Por fim, apresento as Considerações Finais na qual trago ponderações que reforçam minha insatisfação de ver o processo de formação do Pedagogo, minha profissão, limitada a atuação na docência e a minha alegria em ter tido a oportunidade, enquanto estagiária, de atuar em outra área que não fosse esta.

1. OPTANDO POR UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA HISTÓRIA QUE ME PERTENCE

“A História tem demonstrado que os mais notáveis vencedores normalmente encontraram obstáculos dolorosos antes de triunfarem. Eles venceram porque se recusaram a se tornarem desencorajados por suas derrotas.”

Bryan Forbes

Na minha infância, como é comum acontecer com algumas crianças, reproduzia em casa, as situações vivenciadas na escola; o foco principal era imitar as professoras, a maneira como ministravam as aulas, a relação com os alunos, entre outros aspectos. Desde esta época já me identificava com esta profissão, embora parecesse ser apenas mais uma brincadeira de criança.

Ao concluir o Ensino Médio, e com o intuito de dar prosseguimento aos estudos deparei-me com a responsabilidade de escolher um curso de graduação em uma dada instituição de ensino superior.

Em razão da pouca idade e experiência de vida, tive dificuldades em fazer a referida escolha, pois como egressos do Ensino Médio estamos no final da adolescência e assim somos tentados a tomar esta importante decisão baseados em critérios como escolher a profissão que está na moda, a que melhor atende as demandas do mercado de trabalho, a mais lucrativa ou até mesmo a profissão que irá agradar a família, enfim, são muitos os critérios envolvidos. A minha intenção era contribuir de alguma forma para melhorar a vida de pessoas na sociedade, colaborando assim com o seu desenvolvimento. Como, desde a infância, já nutria admiração pela figura do professor, resolvi então direcionar a minha escolha para a área de educação ingressando na Universidade Federal da Bahia – UFBA em 2005 no Curso de Licenciatura em Pedagogia ficando assim confirmada a minha decisão.

O Curso escolhido me possibilitou a compreensão do significado da Pedagogia, podendo assim considerá-la como uma ciência que estuda a educação, que parte de observações e reflexões sobre a mesma, sobre avanços, alternativas e discursos

educacionais, paradigmas e possibilidades de atuação, gerando conceitos que se convertem em teorias pedagógicas.

A Pedagogia tem como objeto de estudo o fato educativo. A partir dele é tecida uma rede de informações necessárias ao entendimento de como esse fato se dá. Ela estuda as teorias educacionais que mostram como a criança, o adolescente e o adulto aprendem; estuda os sistemas de gestão administrativa, nas disciplinas básicas; estuda o mundo, os sujeitos sociais e toda a sua especificidade, ou seja, como o fato educativo interpreta e analisa a realidade social.

Ghiraldelli Jr. (2005) faz uma reflexão apontando três termos que costumam ser tomados como sinônimos da Pedagogia: Filosofia da Educação, Didática e a própria Educação. Diz o referido autor que o termo educação que usamos para nos referir ao ato educativo designa a “prática social que identificamos como uma situação temporal e espacial determinada na qual, ocorre a relação ensino-aprendizagem formal ou informal”. Já a Didática refere-se a um saber técnico que nos ensina o que melhor fazer para contribuir com a relação ensino-aprendizagem. Segundo este mesmo autor,

“O termo pedagogia, tomado em sentido estrito, designa a norma em relação à educação. Que é que devemos fazer, e que instrumentos didáticos devemos usar, para a nossa educação? Esta é a pergunta que norteia toda e qualquer corrente pedagógica, o que deve estar na mente do pedagogo. ...Em um sentido lato trata-se da pedagogia como o campo de conhecimentos que abriga o que chamamos de ‘saberes de área da educação’ – como a filosofia da educação, a didática, a educação e a própria pedagogia, tomada então em sentido estrito.” (GHIRALDELLI, 2005:1)

Diante dessas considerações acerca da Pedagogia e do seu papel verifica-se o quanto ela favorece ao indivíduo se apropriar dos conhecimentos socialmente construídos para, a partir deles, construir novos. Considerando as possibilidades dessa ciência, destaco a importância social do profissional de educação que pode atuar em vários campos, que não somente a sala de aula, desenvolvendo assim diversas habilidades e competências nessa sua atuação pedagógica.

Concordo com Libâneo (1998) quando afirma que a Pedagogia é uma ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional, ou seja, tem como objetivo investigar o processo educativo que pode

estar presente – desde que seja intencionado – em todo lugar, seja em casa, na escola, numa organização, na empresa, dentre outros ambientes.

Também Brandão (1981), em seu livro intitulado: “*O que é Educação*” afirma:

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com varias: educação? Educações, (...)”
(BRANDÃO, 1981:6)

Baseado nas citações destes dois estudiosos da área em questão, não se deve fechar os olhos e acreditar que o processo educativo está presente apenas na escola. Deve-se apostar em programas de intervenção pedagógica fora da escola, inclusive em empresas, que muitas vezes utilizam-se da educação para, dentre outras coisas, complementar o processo de escolarização dos seus funcionários e fazê-los melhor aproveitar e aplicar os conceitos aprendidos nas instituições de ensino formais.

As concepções acerca da Pedagogia, bem como da função da educação, conforme as relatadas acima foram sendo construídas ao longo da história tomando por base as características da sociedade, seus interesses, descobertas, conflitos etc. Para tanto, conhecer de onde se origina esse termo, bem como a forma como ele configurou a inserção da Pedagogia no Brasil e a dos profissionais que dessa área respondem, necessário se faz prosseguirmos com o estudo.

A Grécia clássica é o espaço onde se iniciam as primeiras reflexões sobre a ação pedagógica: a palavra paidagogos, de onde veio o termo Pedagogo, significa literalmente aquele que conduz a criança (agogós), no caso, o escravo que acompanha a criança à escola. Posteriormente essa figura vem a se transformar em uma espécie de preceptor, ou seja, um mestre encarregado da educação da criança no lar. O termo Pedagogia é um vocábulo que aparece para designar uma ciência e uma arte que tinha raízes antigas, tão velhas como a própria humanidade – a educação das pessoas. Desde as sociedades primitivas o homem transmitia o seu legado cultural aos seus descendentes. Com o tempo, as formas de transmissão vão-se aperfeiçoando até aparecer o termo Pedagogia. O sentido desse termo é

ampliado passando a designar as reflexões feitas em torno da educação como: o que é melhor ensinar, como é melhor ensinar e para que ensinar.

No Brasil, o primeiro Curso de Pedagogia começou a funcionar como experiência na Universidade Federal de São Paulo – USP, contribuindo, em 1939, para o processo de “disciplinamento” do Curso de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil.

A primeira regulamentação do referido curso ocorreu através do Decreto –Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939 que amparava como responsabilidade, deste curso, a formação de bacharéis e/ou licenciados para várias áreas, entre elas, a de Pedagogia, estruturada de forma que todos os estudantes deste curso recebessem uma formação comum até o terceiro ano da faculdade, e uma formação específica no último ano “3+1”, sendo o último ano decisório para o aluno optar pela habilitação, ou seja, por uma formação mais específica. (SILVA, 1999)

Como licenciado, o Pedagogo tinha como principal campo de trabalho o Magistério em Escolas Normais, um campo não exclusivo só dos Pedagogos, já que, pela Lei Orgânica do Ensino Normal, para lecionar nesse curso era suficiente ter o Diploma de ensino superior e como bacharel, o referido curso proporcionava uma formação voltada principalmente para a pesquisa em educação e se destinava a formar o Técnico em Educação, tendo como campo profissional algo muito vago principalmente, quanto às suas funções.

No ano de 1961 foi homologada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil, a LDBEN nº 4.024/1961, que não consegue demonstrar nenhum tipo de atualização diante de não conseguir acompanhar as grandes mudanças que ocorreram no cenário educacional. A partir dela foram estabelecidos os currículos mínimos para os cursos de nível superior, incluindo aí o Curso de Pedagogia, que teve sua regulamentação definida pelos pareceres nº 251 e 292, ambos de 1962.

Apesar de alguns retoques feitos na estrutura do Curso de Pedagogia o quadro continuava o mesmo perdurando até 1968 com a Lei 5.540/68 que regulamentou a Reforma Universitária, que aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura, e criou as “habilitações”, passando o Curso de Pedagogia a ser predominantemente

formador de “Especialistas em Educação” (Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Administrador Escolar, Inspetor Escolar, etc.), mesmo exigindo dos seus alunos que estes tivessem uma base comum, com disciplinas consideradas indispensáveis à formação do profissional em educação. Assim, os formandos passaram a ter um único título o de “licenciatura”, embora apenas uma das suas cinco habilitações tivesse o objetivo de formar professores, habilitação intitulada: As Matérias Pedagógicas do Ensino Normal. (PIMENTA, 2002)

A legislação anteriormente referida fixou que o título a ser conferido pelo Curso de Pedagogia passe à ser então o de licenciado, por entender que todos os diplomados poderiam ser, em princípio, professores do Curso Normal. Passou a existir então uma inquietação e uma preocupação, por parte dos profissionais da área, sobre o futuro do Curso, surgindo, então, o impasse: quem pode mais pode também menos? Quem prepara o professor primário também pode ser professor desse nível de ensino? A formação indispensável ao exercício dessa função, a de lecionar no curso de magistério não ficava garantida. Fixaram-se então algumas exigências para a aquisição desse direito.

Na década de 1980 foram criadas mais duas habilitações: a de formação de professores para atuar na Pré-Escola e a de formação das Séries Iniciais do Ensino de 1º Grau, mostrando o interesse em elevar o nível da qualidade desses níveis de ensino. Em 1990 passou-se a exigir profissionais mais capacitados, ainda devido à novas transformações na sociedade e no mundo do trabalho, fazendo com que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) impulsionasse as Faculdades de Educação das Universidades Públicas a reestruturar os currículos do Curso de Pedagogia no intuito de adequá-lo as novas exigências que buscava por um profissional com formação sólida articulando medir, gerenciar e atuar multidisciplinarmente.

Com a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96, aumenta a discussão acerca da identidade do Curso de Pedagogia. O Art. 64 estabelece que:

“A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica será feita em cursos de Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo nesta formação a base comum nacional” (LDB. 1996:)

Já no Art. 62 desta mesma LDBEN este fala sobre a formação de professores:

“A formação dos docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciaturas, de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, e oferecida em nível médio na modalidade normal.” (LDB. 1996:)

Este artigo deixa claro os requisitos básicos para se atuar na Educação Básica, proibindo qualquer prática pedagógica, para quem não tem formação superior em Pedagogia.

Em 1999, após as muitas polêmicas geradas pela referida LDBEN, quanto à formação do curso de Pedagogo numa dada Comissão de Especialistas, instituída pela Secretaria de Educação Superior - SESU/MEC para propor as Diretrizes Curriculares para o curso que responderia pela formação deste profissional, finaliza os seus trabalhos e encaminha ao Conselho Nacional de Educação - CNE uma proposta contrariando frontalmente o disposto na então LDBEN, ao determinar que a base da formação dos Pedagogos fosse à docência e que estes passavam a ter como único campo de atuação a Educação Infantil e as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Percebe-se que, a formação do Pedagogo passa a restringir-se apenas ao âmbito do ensino, o que contraria a defesa que fazemos neste estudo que ora apresentamos da possibilidade de ampliação da atuação do mesmo para outros campos, que não só o ensino.

Em 15 de maio de 2006, após 10 anos de sancionada a Lei 9394/96, foi outorgada a Resolução do CNE/CP nº 01, que segundo citado no seu artigo 1º institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, definindo os princípios, as condições de ensino e de aprendizagem, os procedimentos a serem observados em seu planejamento e a avaliação a ser feita pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país no desenvolvimento dos mesmos.

Segundo o Artigo 3º da referida Resolução:

“O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.” (RESOLUÇÃO/CNE Nº 01/2006)

Segundo Libâneo (1998), tal determinação favorece que o estudante de Pedagogia conheça o lado científico e filosófico da educação e adquira conhecimentos teóricos e práticos para sua futura atuação, o que, por correspondência, leva o curso a ser dividido em três áreas:

- 1) Conhecimentos Científicos e Filosóficos da Educação: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Psicologia da Educação, etc.
- 2) Conhecimentos específicos da atividade: Didática, Organização Escolar, Estrutura e Funcionamento do Ensino, etc.
- 3) Conhecimentos Técnicos-Profissionais: Gestão Ambiental, Avaliação, Currículo etc.

O Pedagogo, ainda com base nesta Resolução é habilitado a atender a demanda sócio-educativa de cunho formal, não-formal e informal, podendo assim atuar em escolas, em movimentos sociais, em empresas, em educação de jovens e adultos, em serviços de psicopedagogia, dentre outras áreas.

Dispõe ainda a Resolução CNE/CP nº01, sobre o perfil dos egressos do curso em questão:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.” (Resolução CNE/CP 1/2006:13)

Tendo em vista o tema desta Monografia, ressaltaremos, do elenco dos itens deste Art.5º aqueles que tratam da atuação dos Pedagogos em espaços não escolares, nos casos os itens IV e XIII, como empresas por exemplo. Muitas empresas, de vários portes e de tamanhos diferentes tem em sua estrutura Departamentos de Recursos Humanos- RHs, nos quais, em quase todos, existem o Departamento de Treinamento e Desenvolvimento- T&D que geralmente quando não está sob a

responsabilidade de um Pedagogo o tem integrando a equipe que por este Departamento responde.

A atuação do pedagogo no espaço empresarial geralmente tem por objetivo instituir programas de qualificação e requalificação profissional, estruturar setores de treinamento, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico assim como desenvolver metodologias adequadas à utilização das tecnologias da comunicação nas práticas educativas.

É neste contexto, em uma empresa, que se insere boa parte das preocupações do Pedagogo Empresarial, já que a ele cabe estimular a formação contínua e atualizada dos profissionais deste espaço, buscando desenvolver as competências e as habilidades necessárias para que estes profissionais possam exercer, com qualificação, o seu trabalho.

O Pedagogo pode também atuar dentro de espaços de terceiro setor, como por exemplo: Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Sindicatos e/ou Associações, na Coordenação de Programas e Projetos de natureza educativa, nas áreas de treinamento e desenvolvimento, na área da saúde, do meio ambiente, da educação no trânsito, na promoção social, no lazer , na recreação, etc.

Como pode ser observado o fenômeno educativo está presente em diversas situações, hora e lugar, desde a fabricação de brinquedos, até o desenvolvimento de atividades para crianças com necessidades especiais. O Pedagogo é um profissional importante para o processo educativo; é ele que tem como seu objeto de estudo, como se objeto de trabalho, de trabalho, o processo em pauta; é ele que irá receber, em sua formação os conhecimentos e as habilidades que o permita atuar como aquele que tem o referido processo como objeto.

A curiosidade em desvendar as funções que o Pedagogo poderia exercer fora da sala de aula foi que me despertou para a realização de um estágio em uma organização empresarial. A posição de Kuenzer (2001:49) reforça a necessidade por mim sentida, no meu processo de formação quando este afirma: “[...] mais do que nunca, o processo de aprender escapa dos muros da escola para realizar-se nas

inúmeras e variadas possibilidades de acesso ao conhecimento presentes na prática social e produtiva [...]”.

Desvendar a Pedagogia em uma organização empresarial é refletir sobre as inúmeras possibilidades que a educação tem de estar presente no dia-a-dia de outros espaços que não o da educação formal, construindo, desconstruindo e reconstruindo saberes. As organizações vêem a aprendizagem como uma peça fundamental para sua sobrevivência, razão pela qual elas estão cada vez mais estimulando e criando ambientes e práticas educativas com o objetivo de manter vivo, na rotina de seus funcionários, o processo de ensino-aprendizagem.

Após verificarmos as últimas modificações quanto aos espaços de atuação do Pedagogo, surge agora uma inquietação para com os currículos dos Cursos de Formação dos Pedagogos no Brasil: estão estes adequados às demandas atuais?

2. O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFBA: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA E AINDA UM POUCO DA MINHA

“A vida começa no final da sua zona de conforto.”

Autor desconhecido

Na Bahia em 1944, o Curso de Pedagogia, foi fundado na antiga Faculdade de Filosofia, Unidade de Ensino Superior que abrigava todas as licenciaturas. Em 1946 surge a Universidade da Bahia que incorporou a Faculdade de Filosofia, juntamente com outras Unidades existentes. Apesar do primeiro Curso de Pedagogia ter sido prioritariamente um curso de formação de professores, ou seja, uma licenciatura, havia a alternativa do bacharelado nos termos da legislação vigente.

Em 1969 ocorreu a grande Reforma Universitária Brasileira, feita a partir da Lei Federal 5.540/68, onde o Curso de Pedagogia da UFBA, passou a acontecer na fazer parte da recém criada Faculdade de Educação tendo seu currículo modificado, já que tornou uma licenciatura com três habilitações: Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º grau. Em 1974 a Faculdade de Educação, que funcionava no bairro de Nazaré, muda-se para o atual prédio no Campus do Canela, perseguindo a mesma estrutura curricular que diga-se de passagem mantinha-se amparada na Lei acima referida.

Só em 1999, 30 anos depois, é que o Colegiado do Curso de Pedagogia, resolve promover uma reformulação curricular tendo como base as novas orientações curriculares, optando por uma formação generalista voltada para a gestão educacional. A proposta de reformulação tomou como base legal o Art. 64 da LDBEN nº9394/96 e o Parecer 7776/97 do CNE, que estabelece orientações curriculares para os cursos superiores de graduação.

Em 22 de junho de 1999 foi aprovada, pela Câmara de Ensino de Graduação, da referida Instituição de Ensino Superior, a proposta de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia, mesmo com as Diretrizes Curriculares ainda não aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, a qual só no segundo semestre do ano

referido, com uma adesão de cerca de 80% dos alunos que tiveram que passar por um processo de adaptação curricular.

No contexto teórico e legal do Currículo de 1999, o profissional da área de educação, tinha sobre si a exigência de produção, construção e socialização de conhecimentos, habilidades e competências, que permitiam sua inserção em um cenário complexo do mundo contemporâneo com a função de participar, como docente, pesquisador e gestor do processo de formação de crianças, jovens e adultos na vivência de tais relações. Houve uma mudança e uma ampliação no conceito dos espaços de aprendizagem, ultrapassando os limites das instituições escolares.

Como já dito neste estudo, hoje a formação do Pedagogo tem sua base na docência, embora tenha havido, em algum momento, da sua história, uma ampliação nos espaços de sua atuação apesar do objetivo de estudo e de objetivação da sua prática continuar sendo o processo educativo. A referida proposta curricular foi fundamentada em quatro princípios básicos: o da flexibilidade, o da autonomia, o da integração e o da atualização.

O princípio da *flexibilidade* se opõe às "grades" curriculares estáticas e se concretiza pela possibilidade do estudante construir, parte do seu percurso acadêmico, fazendo escolhas não somente num amplo elenco de optativas em diversos campos do saber, como também ao definir o tema do seu estudo monográfico, desenvolvendo *autonomia* da produção dos seus próprios conhecimentos. Essa proposta de formação mais abrangente possibilita qualificar o aluno para atuar em qualquer campo profissional inserido em uma realidade social de constantes mudanças.

Com o intuito de articular devidamente os conteúdos curriculares, o princípio da *integração*, visa superar a fragmentação das disciplinas. Essa abordagem multidisciplinar deve avançar para uma relação recíproca entre os diversos componentes disciplinares - a interdisciplinaridade – a fim de assegurar a conexão entre os conteúdos estudados.

As grandes exigências do mundo contemporâneo requerem atualização constante dos conhecimentos, fazendo-se necessário o desenvolvimento de componentes

curriculares que permitam variação temática, além do aproveitamento de atividades extracurriculares.

No perfil instituído pelo currículo em questão, o Pedagogo é:

“um profissional capaz de desempenhar funções de docência, administração, gerência, supervisão, orientação educacional, orientação profissional, coordenação pedagógica, assessoramento, consultoria, pesquisa, inspeção, planejamento, avaliação em sistemas educacionais, redes escolares, unidades escolares públicas e privadas, empresas, programas, projetos e quaisquer outras instituições ou situações onde se realizem atividades de ensino-aprendizagem”. (FACED. 1999.)

Quanto às competências e habilidades esperadas dos Pedagogos

“são requeridos conhecimentos e habilidades gerais de saber pensar, saber escutar, aprender a aprender, lidar com a alteridade, lidar com as tecnologias contemporâneas, ter iniciativa para resolver problemas, ter capacidade para tomar decisões, ser criativo, ser autônomo, estar em sintonia com a realidade contemporânea, ter responsabilidade social, ser capaz de fruir esteticamente a literatura, as artes e a natureza” (FACED. 1999.)

Além de propiciar o desenvolvimento desses conhecimentos e habilidades mais gerais, é necessário que o currículo do Curso de Pedagogia desencadeie a construção de conhecimentos e habilidades específicas como:

- “- Dominar princípios teórico-metodológicos da(s) área(s) de conhecimento que se constitua(m) objeto de sua prática pedagógica;
- Saber elaborar, executar e avaliar planos de ação pedagógica que expressem o processo de planejamento desenvolvido na instituição;
- Compreender a necessidade de avaliação permanente do desempenho dos alunos e do seu próprio trabalho;
- Saber usar multimeios disponíveis como recursos básicos para viabilizar a aprendizagem;
- Desenvolver trabalho coletivo, em interação com alunos, pais e outros profissionais da instituição;

- Incorporar as ações pedagógicas à diversidade cultural, étnica, sexual e religiosa de nosso povo;
- Articular ações dos diversos setores da instituição em que atua, em torno de projetos coletivos;
- Organizar e coordenar reuniões;
- Assessorar professores, alunos e pais;
- Compreender o desenvolvimento de processos de investigação, aí incluída a habilidade de selecionar abordagens, procedimentos e instrumentos de investigação;
- Articular resultados de investigações com a prática, visando ressignificá-la". (FACED. 1999.)

Entende-se assim que a construção de conhecimentos e habilidades requeridas ao Pedagogo se dá não só pelo acúmulo de conteúdos específicos, que supostamente permitiriam a formação de habilidades específicas, e sim pelo desenvolvimento de uma dinâmica curricular que possibilite o exercício da autonomia e da criatividade, pela busca e pela escolha do próprio percurso a ser seguido.

Quanto aos tópicos de estudo para o Curso foram definidos os seguintes:

“1. Conteúdos que, apoiando-se em diversas áreas de conhecimento, permitem a compreensão do processo educativo:

Filosofia da Educação;

História da Educação;

Antropologia da Educação;

Sociologia da Educação;

Psicologia da Educação;

Trabalho e Educação;

2. Conteúdos relacionados com a ação docente:

Currículo;

Didática;

Alfabetização;

Avaliação da Aprendizagem;

Tecnologias Educacionais;

3. Conteúdos que embasam as ações no campo da pesquisa:

Iniciação ao Trabalho Acadêmico;

Pesquisa em Educação;

Estatística Educacional;

4. Conteúdos relacionados com a organização do trabalho pedagógico:

Gestão da Educação;

Supervisão Educacional;

Orientação Educacional;

5. Conteúdos que têm por objeto o estudo da organização e modalidades de educação:

Organização da Educação Brasileira;

Educação de Jovens e Adultos;

Educação Especial;

Educação Infantil;

6. Conteúdos de livre escolha que permitem ou o aprofundamento em um campo específico do saber pedagógico ou uma maior diversificação da formação do pedagogo:

Elenco de 68 optativas em diversos campos do saber

7. Conteúdos relacionados com a prática da pesquisa:

Monografia

8. Estudos e experiências extra-escolares:

Estudos Independentes

9. Experiências de trabalho de campo em educação:

Estágios” (FACED, 1999)

Assim estava estruturado o currículo vigente para os ingressantes do período entre 1999.2 a 2008.2, do qual fiz parte. Meu ingresso na Universidade Federal da Bahia se deu no segundo semestre do ano de 2005. Os primeiros momentos na universidade foram marcados por muitas expectativas acerca do que representava ser estudante do ensino superior, pois sabia que viveriam muitas novas experiências.

O contato com as primeiras disciplinas, a organização dos horários, a relação com os professores entre outros aspectos confirmaram a minha primeira impressão de que seria necessário empenho e dedicação para que eu pudesse aproveitar da melhor maneira tudo o que viesse a ser vivido enquanto estudante do Curso referido, num processo de formação profissional.

Entre tanto, deparei-me com algumas dificuldades na inserção do Curso como, por exemplo, a metodologia aplicada por alguns professores: as discussões geradas em sala de aula a partir das provocações dos professores através da bibliografia indicada, as pesquisas realizadas, as apresentações de seminários etc. exigiam participação ativa, pois seria através desses recursos que estaríamos desmitificando algumas idéias e construindo outras, o que constituía a riqueza desses encontros.

Por ser muito tímida, a minha participação, por vezes, não era tão significativa, o que ao invés de aumentar a minha inibição estimulava que eu quisesse mudar.

Em muitos momentos me questionava se este seria o curso ideal para mim, pois as minhas limitações pessoais poderiam atrapalhar uma futura atuação como Pedagoga em sala de aula, uma vez que entendia que o professor seria um mediador entre os alunos e o conhecimento.

Com o passar do tempo, e através da apropriação das bibliografias que versavam sobre a Pedagogia e sobre os Pedagogos, as trocas com os professores e colegas me fizeram ir percebendo que a educação se dava não em um só espaço, a sala de aula, mas em vários espaços. As disciplinas tais como Gestão Educacional, Supervisão Escolar, Trabalho e Educação, Educação Profissional e dentre outras me favoreceram a conseguir um norte sobre as inúmeras possibilidades de atuação do profissional de Pedagogia. Percebi então que o Pedagogo pode atuar em espaços ainda não muito explorados como: hospitais, empresas, ONGs, Sindicatos, etc. e ao descobrir isso me senti impulsionada a querer experimentar essas possibilidades, ou pelo menos uma delas.

Na procura por um estágio, a fim de adquirir e viver uma experiência na área, encontrei várias oportunidades, mas para atuar em sala de aula, o que não despertava tanto o meu interesse, como já me posicionei anteriormente, não por considerar a atuação docente uma atividade menos importante, mas porque minha curiosidade tendia a desvendar as facetas ainda não tão exploradas da Pedagogia, como afirma Brandão (1995):

“A educação existe onde não há escolas e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração para outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum ensino formal centralizado.” (BRANDÃO, 1995:13)

No ano de 2006, cursando o terceiro semestre, participei de uma seleção em uma instituição empresarial, onde fui surpreendida por saber que a vaga era para Educadora do Ensino Fundamental I, no segmento de Jovens e Adultos. Aceitei o desafio, e ainda como professora, fui remanejada para a equipe de coordenação. A partir deste momento me questionava sobre as atribuições do Pedagogo em um ambiente não escolar. As questões até então discutidas na faculdade não me davam

subsídios para sentir-me segura sobre o novo papel que me estava sendo proposto naquele momento. Estagiar na área da Coordenação Pedagógica seria apenas ater-me às questões burocráticas como organizar pastas, documentos etc? Onde ficaria então as intervenções em Planos de Aula, no Projeto Político Pedagógico, no Gerenciamento de Capacitações e Recrutamento de Pessoas? Mesmo na condição de estudante, me incomodava o fato de não me ser dadas tarefas que posteriormente fariam parte de um fazer profissional que eu almejava.

Ainda nesta instituição fui conduzida para trabalhar com um outro Programa que envolve Projetos voltados à Educação em espaços não escolares. Neste momento percebi, na prática, que a construção do conhecimento, ultrapassa o âmbito da escola, favorecendo o surgimento de diversos espaços de aprendizagem.

Segundo Brandão (1995),

“[...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é o único praticante.” (BRANDÃO, 1995:9)

Ao levar em consideração que o ato de aprender permeia a sociedade atual, entendi o porquê das práticas educativas estarem tão presentes nas organizações nos dias atuais, ou seja, onde há necessidade de aprendizagem, existe educação e, por conseguinte, ações pedagógicas.

É nessa perspectiva que as empresas vêm assumindo a responsabilidade de proporcionar ambientes de aprendizagem, criando e consolidando novas áreas do saber humano na tentativa de ter profissionais cada vez mais capacitados e qualificados para, além de melhor desempenhar suas funções, acompanharem o crescente fluxo de informações que permeiam a sociedade contemporânea. Segundo (Libâneo, 2005:27) ao desenvolverem iniciativas de aprendizagem continuada, “[...] as empresas reconhecem a importância da formação de seus integrantes para o enftretamento da intectualização do processo produtivo”.

Neste momento, que me encontro concluindo mais uma etapa do meu processo de formação, constato que o currículo do qual fiz parte não me proporcionou as ferramentas necessárias para um desempenho profissional fora do ambiente

escolar. Nem se quer previa no elenco das matérias optativas uma disciplina que abordasse especificamente o tema Pedagogia Empresarial, embora algumas disciplinas tais como, Gestão e Supervisão Educacional tenham me dado algumas noções sobre como o Pedagogo pode atuar nestes espaços.

Desde o primeiro semestre do ano de 2009 está vigorando um novo currículo cuja estrutura está focada na formação de professores.

A Faculdade de Educação da UFBA assim como a instituição na qual estagiei foram espaços importante para minha formação, para o meu desenvolvimento e amadurecimento provocadas pelas minhas inquietações, frustrações, superações, tentativas, processos também relevantes para composição do meu perfil profissional.

Para descrever o cenário que me acolheu, se faz necessário caracterizar a instituição empresarial desde sua origem, trajetórias e ações atuais, bem como a minha vivência neste ambiente o que passo a fazer no capítulo que se segue

3. VIVENDO UMA EXPERIENCIA EM UMA DETERMINADA INSTITUIÇÃO ENQUANTO ESTAGIÁRIA DE PEDAGOGIA

“Experiência não é o que acontece com você, mas o que você fez com o que lhe aconteceu.”

Aldous Huxley

Em 1930 o Brasil, como todo país capitalista, conheceu uma das grandes crises econômicas que gerou, dentre outras mudanças, a substituição do tipo de sistema de importação provocando um avanço na industrialização que passou a exigir a preparação de mão-de-obra que pudesse suprir estas novas exigências econômicas. A indústria necessitava de operários que possuíssem uma formação mínima e as escolas viam-se despreparadas para atender a esta demanda, o que provocou uma preocupação para com a educação de jovens e adultos. Existiam, neste período, muitos conflitos ideológicos no âmbito educacional que giravam, alguns, em torno de pensamentos conservadores e, outros, de pensamentos socialistas.

Mas, é no governo de Getúlio Vargas que um sistema de ensino industrial, que atuaria simultaneamente com o sistema normal de ensino, é criado em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) através do Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, surgindo o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, que mais tarde ficou conhecido como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Seu principal objetivo era o de oferecer cursos de aprendizagem que preparariam menores aprendizes para o trabalho profissional nos estabelecimentos industriais.

Com o Decreto-Lei nº4.437 aprovado no mesmo ano, o governo determina que as escolas profissionalizantes ficassem sediadas na própria empresa ou mantidas pelo sistema oficial de ensino podendo se estender aos setores de transportes, comunicação e pesca. Aos cursos de aprendizagem seriam implantados cursos de aperfeiçoamento e especialização para ampliar a qualificação dos trabalhadores em diversas áreas, melhorando a qualidade dos mesmos.

Semelhante a proposta e aos objetivos do SENAI o governo, através do Decreto- Lei nº8.621 aprovado em 10 de janeiro de 1946, cria um outro sistema, o Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o qual vem determinar que

empresas comerciais empreguem menores e que os matriculem nas escolas de aprendizagem.

Tendo tudo isto misturado com as conseqüências deixadas pela ditadura nacionalista de Getúlio Vargas, uma reação social, quanto a redemocratização do país, foi provocada impulsionando uma crescente urbanização e uma necessidade, maior ainda, de mão de obra nas indústrias. A educação de adultos ganhou mais força neste período, promovendo uma campanha nacional contra o analfabetismo no Brasil. Em 25 de junho de 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, através do Decreto-Lei nº 9.403 se atribui, à Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a criação do Serviço Social da Indústria (SESI). Desde então, esta instituição vem se caracterizando como uma instituição privada, construída com recursos e direção do empresariado, que presta serviços assistenciais ao trabalhador da indústria na área da saúde, educação, lazer, cultura, alimentação e promoção da cidadania, visando à melhoria da sua qualidade de vida na indústria e na família.

O SESI tem sua área de atuação em âmbito nacional e funciona através de Departamentos Regionais - DRs, os quais possuem, em sua jurisdição, autonomia técnica, financeira e administrativa. O SESI do Estado da Bahia surgiu em 1º de março de 1948 com o objetivo de promover o bem-estar social do trabalhador do Estado. O SESI/BA, desde então, passou a desenvolver ações educativas no ensino regular nos segmentos da educação fundamental, infantil, ensino especial, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Em 1996, surgem as salas de Telecurso 2000, que correspondem hoje tanto às 4ª séries do nível II, do Ensino Fundamental, quanto aos três anos do Ensino Médio.

Mesmo com o surgimento das referidas salas, via-se pouco enfoque à educação de jovens e adultos por causa da prioridade que se dava à Educação Infantil e Fundamental, com a solicitação de maior número de matrículas nestes segmentos. É só em 1997, que a Federação das Indústrias do Estado da Bahia- FIEB, diante da necessidade de qualificação e escolarização dos trabalhadores da indústria, assume a educação de jovens e adultos com o Programa de Erradicação do Analfabetismo que logo após passou a ser denominada de Programa SESI- Educação do Trabalhador.

O Programa em questão, como já referido, surge com o objetivo principal de elevar o nível de escolaridade do trabalhador da indústria no Estado Bahia, priorizando a erradicação absoluta do analfabetismo. Foram estabelecidas duas metas principais: a erradicação do analfabetismo funcional com a complementação do processo de escolarização até a 8º série, entre os 75.034 trabalhadores da indústria através de ações e responsabilidade do SESI com instituições públicas e privadas, ou assumidas totalmente por estas instituições em um período de 6 anos (1998 a 2003), e a alfabetização de 6.006 trabalhadores da indústria em dois anos (1998 e 1999).

A estruturação destas ações está assim organizada: a educação do trabalhador para a suplência do Ensino Fundamental – nível 1 se direciona para o aluno que não foi alfabetizado nem cursou as Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série) - acontece numa carga horária de 1.080 horas, sendo dividido em três ciclos (de 360 horas cada) e desenvolvido em classes multisseriadas, abrangendo três etapas que correspondem aos diferentes níveis de conhecimento: I etapa (alfabetização), II etapa (1ª e 2ª série) e III etapa (3ª e 4ª série) do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que esta experiência em salas multisseriadas trata-se de um grande desafio para os Coordenadores Pedagógicos, já que exige a utilização de diversas estratégias para manter a qualidade educativa.

O Telecurso 2000 é outro Programa Educacional Supletivo dirigido para quem não concluiu os Cursos de Ensino Fundamental (nível II) e o Ensino Médio.

Visando o alcance dos objetivos propostos pelos Programas, fez-se necessário a formulação de uma proposta curricular que melhor contemplasse a classe trabalhadora no que se refere à melhoria da qualificação da mão de obra.

O Programa SESI- Educação do Trabalhador analisou diversas propostas de educação de jovens e adultos em todo o país. Depois da análise, chegou à conclusão da 1ª proposta que melhor adequava aos objetivos pedagógicos propostos pelo Programa Curricular para o 1º surgimento do Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos, elaborada pela Ação Educativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC. As contribuições desta proposta foram a de subsidiar idéias, princípios e metodologias que atendessem a alfabetização e a educação

fundamental para os trabalhadores. Baseando-se nesta proposta construiu-se a proposta curricular do Programa SESI- Educação do Trabalhador que contou com a fundamentação teórica e a colaboração de diversos profissionais do SESI que atuam nesta área. O desafio da equipe de trabalho se baseia em articular os materiais à perspectiva construtivista.

A proposta traz em seu desenvolvimento o histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, a trajetória de atuação do SESI nesta modalidade de educação, princípios e objetivos gerais que irão subsidiar o professor na sua prática pedagógica com os alunos adultos, objetivos e conteúdos a serem tratados por área de conhecimento como: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza, Orientações Didáticas sobre a Aquisição da Leitura e Escrita e dos Conhecimentos Matemáticos. Como último item são apresentadas concepções e alguns instrumentos de avaliação para orientar o professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A proposta curricular se baseia nos seguintes princípios andragógicos: organização do trabalho didático baseando-se nas visões de mundo do adulto, aprendizagem a partir do que é significativo para o aluno, necessidade de aprender a aprender, trabalho em grupos como uma prática constante, necessidade do aluno adulto em construir a sua própria imagem, aprendizagens escolares do trabalho e do trabalhador, o professor como um facilitador da aprendizagem e avaliação processual. Considerando que o aluno é um trabalhador cidadão e que está inserido precariamente numa sociedade letrada e informatizada, esta proposta pretende fornecer subsídios ao professor para trabalhar conteúdos relevantes para o aluno considerando o nível de escolaridade e o seu trabalho.

Vendo-se a necessidade de organizar as informações sob uma gestão capaz de atender os novos desafios dos últimos anos voltados para a educação de jovens e adultos é que em 1999, o Programa SESI Educação do Trabalhador cria o Núcleo de Educação do Trabalhador da Indústria- NETI.

Ele surge com a missão de gerenciar o Programa SESI- Educação do Trabalhador na Bahia atuando na implantação de salas de aulas na Região Metropolitana de Salvador, sendo referência para o interior do Estado no apoio técnico e operacional

do Programa. O NETI desenvolve um trabalho de capacitação e acompanhamento de professores, apoio e suporte às necessidades das salas de aula.

Na minha busca por estágio, participei de um recrutamento de professores para a atuação em sala de aula especificamente da Suplência do Ensino Fundamental SEF- nível 1, mediante uma pré-seleção do IEL(Instituto Euvaldo Lodi) vinculada ao Sistema FIEB (Federação das Industrias do Estado da Bahia) que seleciona o candidato a docente e o encaminha para a Coordenação Pedagógica.

Ao participar da pré-seleção no IEL fui informada que os docentes responsáveis pela regência da classe deveriam possuir formação específica para cada nível de ensino. Para a vaga acima referida, os professores deveriam ser estagiários do 3º grau de cursos da área de educação, preferencialmente Pedagogia e Letras e excepcionalmente, professores do ensino médio.

Fui encaminhada para uma entrevista técnica na qual foi necessário a apresentação do Curriculum Vitae e realização de uma avaliação seletiva que visava aferir as noções básicas do fazer pedagógico. Após aprovação nessa etapa fui convocada a participar de uma capacitação inicial com carga horária de 20 h semanais.

No início da implantação do Programa foi observado que os professores selecionados tinham experiência em sala de aula, mas, não em educação de jovens e adultos. Inicialmente esta capacitação era voltada basicamente para a alfabetização e não para outros temas. Só em 1999 é que os conteúdos começaram a envolver temas como: Princípios andragógicos, proposta curricular do SESI para educação de Jovens e Adultos, referência aos parâmetros curriculares, planejamento e operacionalização, relatos de observação de sala de aula e técnicas vivenciais (pressupostos teóricos embasados na Pedagogia de Paulo Freire, Emília Ferreiro e Vygotsky), habilidades e competências, ética na sala de aula e obrigatoriedade na participação das capacitações, planejamentos, divulgações da declaração estratégicas do SESI.

Durante a capacitação inicial éramos avaliados pelos Coordenadores Pedagógicos do NETI mediante desempenho com base nos seguintes critérios: participação, assiduidade, relacionamento interpessoal, capacidade de coordenar grupos e

fluência verbal. No último dia de capacitação fomos convidados a conhecer a estrutura de uma turma já formada e observar o professor, para depois, dessa experiência, enviar um relatório sobre os aspectos observados no funcionamento de uma turma multisseriada.

Ao ser selecionada, fui encaminhada para a aula inaugural, que é a primeira a ser realizada pelo docente no período de 06 meses. Neste momento fui acompanhada por uma Coordenadora Pedagógica. Apesar da minha ansiedade, pude perceber que, diante de mim estava a oportunidade de contribuir na qualidade de vida daqueles trabalhadores da construção civil. Durante esse processo, deparei-me com algumas dificuldades de como conduzir o trabalho em uma turma multisseriada, abordar as temáticas voltadas para a especificidade do exercício profissional dos alunos, a não infantilização das metodologias empregadas para o ensino do público jovem e adulto, dentre outras.

Numa perspectiva mais apurada sobre as necessidades de capacitação dos professores, o Programa resolveu promover capacitações mensais para que se atendessem as dificuldades do professor na sala de aula. Em 2001, sob sugestão da equipe do NETI, os temas começaram a variar enfocando temas em torno das necessidades profissionais dos alunos, principalmente voltadas para a área de construção civil, área profissional de maior predominância em sala de aula no Programa, com a justificativa de que os saberes geram competências profissionais que se modificam com o tempo e assim o educador deve estar sempre em busca de novos conhecimentos.

Duas vezes no mês participava do planejamento pedagógico, juntamente com uma Coordenadora Pedagógica a fim de elaborar atividades, acompanhar a aprendizagem dos alunos e receber suporte teórico-metodológico. Neste momento eram elaboradas atividades de forma interdisciplinar, nas diversas áreas de conhecimento: Português, Matemática, Estudos da Sociedade e Natureza. Estas atividades eram desenvolvidas a partir dos princípios andragógicos e sob uma linha construtivista (construção do conhecimento pelo aluno com a colaboração do professor). As metodologias aplicadas geralmente estavam relacionadas ao estudo em grupo, debates, exposição co-participada sempre direcionada à realidade social e profissional dos alunos.

Durante o período de regência em classe, pude realizar duas avaliações diferenciadas com os alunos uma em cada trimestre envolvendo avaliação individual, trabalhos em grupo e participação em projetos, considerando os objetivos e as habilidades da proposta curricular da Suplência do Ensino Fundamental Nível I. Registrava em relatórios trimestrais as dificuldades, processos de construção e avanços realizados pelos alunos.

É previsto pelo Programa, que ao final do curso, os alunos que obtivessem média igual ou superior a seis, resultante da média aritmética entre todas as disciplinas, atendendo as habilidades requeridas em cada etapa, seriam considerados aprovados. Os que alcançassem média insuficiente seriam considerados conservados. Os professores também são avaliados pelos alunos através de uma ficha de avaliação do desempenho docente onde é questionado o conhecimento dos alunos, dentre outros.

O professor submete-se a uma constante avaliação da Coordenadora Pedagógica que o acompanha utilizando como instrumento a avaliação do desempenho docente. Os critérios de avaliação perpassam pela dimensão técnica que avalia o domínio de conteúdo do professor, metodologia utilizada, fundamentação teórica, comunicação oral e escrita, criatividade e capacidade crítica das propostas e técnicas utilizadas. Na dimensão gerencial são usados como critérios, cumprimento de prazos, organização no trabalho, participação nos planejamentos. E na dimensão comportamental, a capacidade de interação grupal, gerenciamento de conflitos e receptividade a críticas e sugestões.

A característica dos professores que atuam nas salas de aula do Programa SESI-Educação do Trabalhador está relacionada à condição de serem professores-estudantes, os quais podem visualizar e comparar as dimensões teórica e prática da sua formação.

Ao concluir a minha participação com a turma, fui conduzida a compor a equipe de Coordenação Pedagógica do NETI ainda na condição de estagiária. Estava determinada a me aprofundar nas funções desempenhadas pelo coordenador desde quando esta sempre foi minha meta, atuar no gerenciamento do processo educativo. Como, na prática, a atuação do estagiário não é considerada, de modo geral, como

uma contribuição significativa, as tarefas que a mim foram delegadas geralmente tinham um caráter muito mais burocrático do que de acompanhamento do Coordenador, em seu exercício profissional.

Durante esse período, tive a oportunidade de participar de uma seleção para estagiar em outro Núcleo, mas dessa mesma instituição. Tratou do Núcleo de Projetos Especiais que coordena projetos do SESI na área de Responsabilidade Social e Educação. Criado em 2004 este Núcleo teve início contribuindo para a coordenação do Programa: “SESI Por um Brasil Alfabetizado” na Bahia, além de operá-lo na Região Metropolitana de Salvador. Hoje este programa vem sendo responsável pela coordenação de sete grandes Projetos, são eles:

- **SESI INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO:**

Trata-se de uma iniciativa da indústria lançada em 2006 para promover o acesso à informação e cultura para a população de Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O projeto instala centros multimeios em centros urbanos de baixa renda, que oferecem acesso gratuito à informação em diferentes mídias: livros, periódicos e também vídeos, DVDs, além de acesso à internet e inúmeras atividades de promoção da leitura, lazer e cidadania.

O Programa foi lançado pelo SESI, com a parceria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e de parceiros locais.

Na Bahia, este Programa foi inaugurado em 4 de julho em parceria com a Prefeitura Municipal de Dias D’Ávila. O Centro no referido Município contém biblioteca, CDteca, DVDteca, Gibiteca, Videoteca e nove microcomputadores com acesso à internet. Na sala de leitura, um acervo com títulos diversos de literatura infantil e livros didáticos de diferentes áreas do conhecimento, como medicina, informática, filosofia e administração, que permitem aos estudantes contextualizarem suas pesquisas. Este Programa é acompanhado por um profissional da área de Pedagogia.

- **PROJETO VIRAVIDA**

É um Projeto de Formação Profissional que culmina com a inserção dos participantes no mundo do trabalho. Ele contempla a necessidade de integração entre Formação Profissional, Educação Básica, Empreendedorismo, Atendimento Psicossocial, Garantia de Direitos Fundamentais e Apoio às Famílias.

O Conselho Nacional do SESI, em parceria com instituições que atuam no atendimento a esse segmento e em consonância com os Programas da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, visa o enfrentamento da exploração sexual de jovens e adolescentes a partir de ações estruturais.

A proposta consiste em promover a elevação da auto-estima e da escolaridade dos participantes, para que desvendem seu próprio potencial e novas perspectivas de futuro. O processo sócio educativo está baseado em cursos profissionalizantes construídos a partir do alinhamento entre a demanda de cada mercado, o perfil e as expectativas desses adolescentes e jovens. A estratégia está focada em dois planos interligados: interferir nas condições subjetivas que constituem os modos de ser, pensar e agir desses adolescentes e suas condições objetivas de vida, incluindo situação familiar, de acesso à escola e à saúde, dentre outros direitos sociais básicos. Trata-se de uma proposta de profissionalização centrada na promoção e proteção especial de crianças e adolescentes, com a cara, o gosto e o jeito de fazer aquilo que os atrai e os anima.

O Projeto Piloto encontra-se em execução em quatro capitais — Fortaleza (CE), Recife (PE), Natal (RN) e Belém (PA) — tendo como meta de profissionalização a colocação de 400 jovens no mercado de trabalho, sendo 100 em cada capital. Os cursos já implantados abrangem as áreas de Moda, Imagem Pessoal, Turismo e Hospitalidade, Gastronomia, Comunicação Digital, Administração e Química, apresentando carga horária que varia entre 655 e 952 horas/aula, conforme a modalidade. Os 52 alunos das turmas iniciadas em junho de 2008 não só demonstram grande empenho, como mantém frequência acima da média o das instituições regulares. Também é baixíssima a evasão, com índice de apenas 1,9%.

O desenvolvimento do Projeto Piloto nos Estados vem sendo conduzido por meio dos Departamentos Regionais do SESI/SENAI, SESC/SENAC, com o apoio do SEBRAE.

“Principais Objetivos:

- Criar um leque de oportunidades produtivas sustentáveis para adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, contemplando a profissionalização e o encaminhamento para o mundo do trabalho, com foco em família, gênero e autogestão; amparado por uma rede de instituições cooperadas, de financiamento, execução e acompanhamento do processo e interligada ao sistema de garantia de direitos;
- Garantir a construção de um processo educativo voltado para formação integral de jovens e adolescentes, priorizando módulos relativos à formação de valores, sentimento de pertença, estratégias de participação, criação e ocupação de espaços de cidadania;
- Criar uma rede de apoio internacional, no que tange a parcerias técnicas, financiamento e escoamento dos produtos, principalmente entre as nações que comumente perfilam nas listas de turismo sexual;
- Garantir aos participantes do Projeto, durante o processo de formação, direitos básicos tais como Saúde — assistência médica, odontológica, psicológica — e Educação básica continuada aos que necessitem, articulando os Governos Federal, Estadual e Municipal;
- Articular a inserção dos jovens interessados na autogestão em projetos de incubação de cooperativas e articular-se a empresas parceiras para, ao final do processo de profissionalização, garantir ocupação aos que não tenham como meta a produção de seu próprio negócio”. (FIEB, 2010)

Esse projeto é acompanhado por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área de: Pedagogia, Psicologia, Assistência Social e Administração.

- **PROGRAMA SESI COZINHA BRASIL**

Este programa propõe ensinar a preparação de alimentos de forma racional, econômica e sem desperdícios buscando uma forma de minimizar o problema da fome no Brasil. Partindo dessa premissa, o Conselho Nacional do SESI desenvolveu o Programa Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tornando-se mais uma ação do Programa Fome Zero, do Governo Federal, com apoio das Federações das Indústrias e Departamentos Regionais do SESI de todo país.

Ao combinar três ingredientes fundamentais para uma boa refeição – qualidade, economia e sabor – o Programa Cozinha Brasil ensina à população a preparar os alimentos de forma inteligente e sem desperdício.

A iniciativa, em andamento desde 2004, foi inspirada no Programa Alimente-se Bem, do SESI de São Paulo. Desde então, combinando alimentos e temperos a um novo modo de preparo, o Cozinha Brasil introduz, na vida da comunidade industriaria, cardápios com alto valor nutritivo e baixo custo.

Aproveitando todas as partes dos alimentos, inclusive o que normalmente é dispensado como caule, talos, cascas, folhas e sementes, os profissionais do SESI ensinam receitas saborosas e nutritivas, respeitando as diversidades regionais. São 30 unidades móveis em todo o país, equipadas com cozinha experimental e didática, onde instrutores e nutricionistas ministram cursos gratuitos.

Os cursos de educação alimentar para o público geral tem 10 horas de duração. A outra modalidade, com carga horária de 24 horas, é dirigida à formação de multiplicadores. Além de aplicar o aprendizado no dia-a-dia, eles passam adiante os conceitos de comer bem e gastar pouco.

O Cozinha Brasil trabalha em parceria com empresas, escolas, associações, prefeituras, instituições religiosas e órgãos não-governamentais. O Programa é acompanhado por uma equipe formada por nutricionistas e auxiliares de cozinha.

- **PRÊMIO SESI QUALIDADE NO TRABALHO- PSQT**

O PSQT é um reconhecimento público às empresas industriais brasileiras por suas práticas diferenciadas de gestão e valorização de seus colaboradores. Pioneira no setor, a premiação visa despertar empregados e empregadores para o exercício da cidadania nas relações de trabalho, além de estimular as empresas para que incorporem a responsabilidade social em suas estratégias, a partir da difusão de boas práticas.

A edição mais atual do PSQT inova em relação às anteriores por premiar as melhores práticas empresariais relacionadas às áreas de avaliação do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, que são:

- cultura organizacional;
- gestão de pessoas;
- educação e desenvolvimento;
- ambiente de trabalho seguro e saudável;
- inovação;
- desenvolvimento socioambiental.

- **PÓLO DE CIDADANIA**

Idealizado pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC) e apoiado pelo SESI e indústrias instaladas naquela região, o Pólo de Cidadania é um Programa de mobilização social que tem como proposta promover diversos serviços de utilidade pública para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos das comunidades vizinhas ao Complexo Industrial de Camaçari. O Programa é considerado uma ação importante para promover a integração entre as empresas do Pólo com a comunidade local e a parceria com o SESI garantindo o sucesso do evento, devido à experiência na promoção de atividades sociais.

- **DIA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

Realizado em parceria com o SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil) e outras instituições, atende aos trabalhadores, dependentes e comunidades relacionadas ao setor da construção civil em um dia de cidadania, oferecendo atendimento gratuito por um dia nas áreas de saúde, educação, lazer e cidadania.

- **AÇÃO GLOBAL**

É um “mutirão da cidadania” realizado em parceria com a Rede Globo/Bahia e outras instituições e empresas, dando atendimento gratuito em um dia, nas áreas de saúde, educação, lazer e cidadania. Acontece há 17 anos, atendendo a, aproximadamente, 150.000 pessoas por ano.

Minha experiência no núcleo iniciou-se ao estagiar no Programa Brasil Alfabetizado, onde dava suporte operacional à coordenadora do mesmo. Realizava visitas técnicas às turmas de alfabetização de Jovens e Adultos, participava dos planejamentos de aula com os alfabetizadores, realizava relatórios de desenvolvimento do programa em turmas instaladas em Salvador e Região Metropolitana, organizava capacitações mensais para alfabetizadores, participava de reuniões com a equipe técnica, dentre outras atividades. Estas me proporcionaram, e muito, um aperfeiçoamento e amadurecimento no desenvolvimento do exercício da minha profissão. Neste momento, começava a desenvolver uma percepção mais clara e mais bem definida da função pedagógica fora do espaço escolar, ou seja, participava de um processo educativo sem necessariamente assumir a função de docente.

Como caracterizado anteriormente, o Núcleo trabalha com muitos Programas. Por isso, além de atuar no Programa de alfabetização, era requisitada a realizar outras tarefas para que as demandas de outros Programas fossem também atendidas. Percebi que o Pedagogo tanto pode estar preparado para atuar na educação escolar como pode ser capaz de contribuir de forma significativa às organizações, observando e interagindo tanto com o ambiente interno da empresa, em busca de solução para os problemas que vão emergindo na situação de trabalho, quanto com o ambiente externo onde se configuram os sinais de mudança.

Apesar dessa percepção não pude deixar de ignorar o fato de que muitas ainda eram as empresas que não disponibilizam vagas para Pedagogos provavelmente por desconhecerem as possibilidades de atuação desse profissional da mesma forma que o próprio Pedagogo também não conseguia se identificar com esses espaços uma vez que, participando de um processo de formação em uma faculdade, desconhecia as poucas ferramentas que estas instituições disponibilizam para auxiliar o profissional de educação no âmbito empresarial. Estas questões me provocam inquietações acerca dos impactos que elas supostamente podem causar na minha futura atuação profissional.

Por outro lado quando o Pedagogo tem a oportunidade de atuar dentro de uma empresa em áreas que permitem o desenvolvimento das suas competências ele consegue realizar um trabalho satisfatório e as empresas conseguem reconhecer as habilidades e a importância que este profissional tem na composição da equipe de trabalho da organização. No momento em que a mim foram confiadas tarefas de outros Programas do Núcleo vi a oportunidade de além de desenvolver outras habilidades e competências ver reconhecida a importância do meu trabalho na empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Pedagogo, conforme constatado, está intimamente vinculada ao espaço escolar, provavelmente, devido à sua história. Esta visão, porém, tem sido modificada a partir da contribuição de alguns profissionais que vem buscando desmistificar o conceito de Pedagogia, ampliando o seu habitual universo, o da educação formal, buscando novos processos que formem e informem este profissional para atuarem em outras áreas atendendo às necessidades pessoais e profissionais.

A minha necessidade pessoal e profissional me fez buscar novas possibilidades de atuação. Não, por razões que desmereçam a importância do docente na sociedade, mas, pela grandeza que encontrei na atuação em outras áreas, em espaços não formais.

Esta visão limitada da atuação profissional do Pedagogo a espaços somente escolares não se deve apenas às Diretrizes Curriculares do Curso Superior de Pedagogia, se deve também à não percepção de que estes profissionais são tão ou mais importantes quanto outros em espaços de educação não formais, na sua dinâmica. A partir do momento em que instituições não escolares, tiverem ciência das possibilidades de melhoria que poderão ser trazidas por um Pedagogo, quer seja na gestão, na inter-relação pessoal e comercial ou em outras áreas, este profissional será melhor valorizado por instituições desta natureza passando a assumir cargos antes ocupados só por outros profissionais.

As demandas da sociedade atual vem exigindo dos profissionais habilidades cada vez mais diversas e aprimoradas, fazendo-se necessária especializações constante para melhor atender ao mercado. O Pedagogo, como qualquer outro profissional, com suas inúmeras possibilidades de atuação e capacidade de adequação às transformações do mercado, não escapa a tais exigências posicionando-se como profissional capaz de atuar frente às mudanças como um agente transformador vem ampliando suas possibilidades junto ao mercado de trabalho.

As necessidades apresentadas, pela empresa em que atuava como estagiária me fizeram perceber o quanto são inúmeras as possibilidades de atuação do Pedagogo

em instituições como essa, me instigando a desenvolver habilidades que não tinham sido estimuladas no decorrer do processo de formação. Isto me permitiu acreditar em uma educação inserida no contexto de vida das pessoas que extrapola espaços físicos, modelos de educação, fazendo com que eu pudesse perceber o quanto a minha atuação estava se dando de forma significativa, na condição de Pedagoga, no promover efetivamente a transformação do comportamento humano.

Foi nesta perspectiva que constatei não poder o Pedagogo se deter somente ao universo da educação formal. Há de se pensar que, além deste espaço, este profissional tem outras possibilidades de se inserir no mercado, bastando, para isso, que busque desenvolver habilidades e competências para atender as exigências do trabalho que realiza buscando realizar-se pessoal e profissionalmente, já que “o prazer no trabalho aperfeiçoa a obra”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Shirley da Rocha. **O Sistema educacional no Brasil antes e depois da implementação da LDB 9394/96.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-sistema-educacional-no-brasil-antes-e-depois-da-implementacao-da-ldb-939496-999011>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **O Que é educação.** São Paulo:Brasiliense. 1981.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores.** Campinas: Papyrus. 1996.

CUNHA, Luiz Antonio. **Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída.** In: Caderno de Pesquisa. São Paulo:Fundação Carlos Chagas. jul. 1997. N. 101, p. 20-49.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB - ranços e avanços** – Campinas, São Paulo:Papiros, 1997.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arqui.>>Acesso em: 16 set 2010.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Currículo Ingressantes: 1999.2 a 2008.2.** Disponível em:<http://www2.faced.ufba.br/graduacao/pedagogia/subitens/graduacao/pedagogia/subitens/curriculos/curriculo_1999_2_2008_2.> Acesso em: 9 nov. 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Educação.** Disponível em: < <http://www.fieb.org.br/sistema/home/default.asp>>. Acesso em: 10 set. 2010.

GHIRALDELLI. JR. P. O Que é Pedagogia? 2005. Disponível em:<<http://www.centrorefeducacional.pro.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

HOLTZ, Maria Luiza Martins. **Lições de pedagogia empresarial.** MH Assessoria Empresarial Ltda. 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As Mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez. 2001. p. 33-57.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?.** 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Ed. Cortez. 1998.

_____. **Pedagogia e modernidade:** presente e futuro da escola. In: GHIRALDELLI, Paulo. *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 132

LIMA, Lauro de Oliveira. **Introdução a pedagogia**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1983.

MEIRIEU, Philippe. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar**. Porto Alegre: Artmed. 2002

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e pedagogos: dilemas e perspectiva**. São Paulo: Ed. Cortez. 2002.

RAMAL, André Cecilia. **Pedagogo: a profissão do momento**. Rio de Janeiro: Ed. Gazeta Mercantil, 6 mar. 2002.

Revista de Educação CEAP - a. 9, n. 1 (1993) Salvador: **Centro de Estudos de Assessoria Pedagógica**, a. 9, n. 34.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. Rio de Janeiro: Walk, 2003.

RIBEIRO, Solange Maria Novis. **A Educação do trabalhador nos caminhos da responsabilidade social das empresas**. Rio de Janeiro, 2000.

SÁ, N.V.A. **A disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da UNISO: uma história em três tempos**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas. mar. 2006. p. 74-88, n.21.

SILVA, Carmem Silva B. **Curso de pedagogia no Brasil: identidade e historia**. Campinas: Autores Associados, 1999.